



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A Ascensão Chinesa e os Impactos sobre a América Latina e a África: Objetivos Comuns, Estratégias Diferenciadas

Alexandre de Freitas Barbosa¹
Marina Neves Biancalana²
Ângela Cristina Tepassê³

Apresentação

A ascensão chinesa parece ser o evento mais relevante da cena contemporânea da primeira década do século XXI. Sustentado por uma transformação econômica estrutural - que fez do país um grande exportador inclusive de bens intensivos em tecnologia -, o "sucesso" chinês não se explica sem uma compreensão da política externa pragmática e de longo alcance lançada pelo governo do país asiático a partir de meados dos anos 90.

América Latina e África têm sido impactadas por esta ofensiva chinesa em termos econômicos e geopolíticos. Este processo, complexo, por natureza, tem sido analisado geralmente sob o prisma das potências ocidentais, mal disfarçando seu viés etnocêntrico.

Este texto parte de um enfoque alternativo, apontando as diferenças e similaridades da presença chinesa nestas duas áreas do hemisfério Sul. Em linhas gerais, pode-se dizer que objetivos comuns estão por trás da expansão chinesa em direção a estas nações da periferia capitalista. De um lado, a fome de recursos naturais. De outro, o apoio geopolítico das nações dos dois continentes nos fóruns multilaterais.

Entretanto, as estratégias de penetração nas duas regiões se mostram bastante diversas. A América Latina é vista pela China como “espaço de influência” dos Estados Unidos, além de contar com economias mais dinâmicas, onde a presença de capital transnacional

¹ Alexandre de Freitas Barbosa é Professor de História Econômica do IEB/USP e Doutor em Economia Aplicada pelo IE/UNICAMP.

² Marina Neves Biancalana é socióloga e mestre em Geografia pela London School of Economics (LSE).

³ Ângela Cristina Tepassê é economista e mestre em Economia Política pela PUC-SP.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

e nacional se mostra bem enraizada, além de os movimentos sociais possuírem alguma relevância. Utiliza-se, portanto, um enfoque bilateral e centrado no comércio e, mais recentemente, nos investimentos externos diretos em algumas áreas. A ênfase sobre uma parceria para o desenvolvimento também aqui aparece, mas de forma bastante contida.

Já na África, a elite chinesa executa uma política externa multiforme e institucionalizada. Além de criar o FOCAC-Fórum para Cooperação entre China e África, lançado em 2000, combina comércio, investimento e iniciativas de auxílio ao desenvolvimento. Apesar de concentrar sua política no âmbito bilateral, não deixa de estabelecer conexões fortes com os organismos regionais e de exigir contrapartida nos fóruns multilaterais. O discurso de parceria entre regiões que sofreram historicamente com o poder do imperialismo é redefinido de forma a dar consistência ideológica à estratégia chinesa para o continente africano.

O presente texto está estruturado da seguinte forma. Inicia apresentando a nova política externa chinesa e o papel ocupado pelos países da periferia capitalista nesta ofensiva diplomática. Em segundo lugar, realiza uma síntese das relações econômicas (comércio e fluxos de capitais) da China com a América Latina e a África. Trata-se de pesquisa em andamento, que coleta fontes de dados econômicos do Comtrade/ONU e da UNCTAD. Ao final, o texto aponta, sob uma perspectiva comparada, as estratégias diferenciadas mobilizadas pela elite política chinesa de modo a atender objetivos semelhantes nas duas regiões. Discutem-se ainda os possíveis significados geopolíticos das relações com a China para os países destas duas regiões da periferia capitalista.

1. A Política Externa Chinesa: Proto-Imperialismo ou Parceria Estratégica com o Sul?

Qual a importância da África e da América Latina para a China? Tomando por base os dados de 2008 da OMC, percebe-se que apenas 4% das exportações chinesas se dirigem para a América Latina e outros 3,5% para a África. Portanto, estas regiões aparecem como marginais para o desempenho exportador chinês, haja vista que este país logrou se



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

aproveitar do acesso competitivo aos grandes mercados dos países desenvolvidos (cerca de 50% das suas exportações vão para os Estados Unidos, União Européia e Japão), além dos outros 30% destinados ao Sudeste Asiático.

Verifica-se ainda que 11% das importações chinesas são provenientes das duas regiões somadas, 6% da América Latina e 5% da África. Já quando se analisa a composição das importações chinesas, observa-se que a América do Sul e Central respondem por 25% dos produtos agrícolas consumidos pela China e por 13% dos produtos minerais, incluindo combustíveis. Já no caso africano, estes percentuais chegam a 2,3% e 16,1%, respectivamente, segundo dados da OMC. Em outras palavras, quase 1/3 dos produtos agrícolas e minerais (inclusive combustíveis) importados pela China originam-se destas duas regiões.

Ainda que a presença chinesa nos dois continentes tenha dado um salto na primeira década do século XXI, quando a fome de commodities do país asiático assumiu níveis estratégicos, desde os anos 90, a aproximação da elite diplomática daquele país tem se pautado pela necessidade de diversificar as fontes de combustíveis e matérias-primas.

Isto porque, face às críticas do mundo ocidental na seqüência dos eventos da Praça Tianamen, em 1989, a política externa china passaria por um processo de introspecção, do qual emerge como estratégia a elevação do *status* dos países em desenvolvimento nas relações internacionais deste país.

Ou seja, juntamente com a transformação interna chinesa que se aproveita da economia global, reverberando sobre a mesma e transformando-a, deve-se analisar a política externa chinesa como mecanismo de projeção dos novos interesses desta nação sobre a geopolítica global.

Para Anguiano (2008), a crescente importância global da China não se deve apenas a fatores econômicos, mas também a sua eficaz diplomacia, voltada a afirmar a sua imagem como “potência amigável”. Desta maneira, o país asiático tem logrado



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

inclusive capitalizar as frustrações geradas pelo unilateralismo americano (Lampton, 2008).

Para a elite política chinesa, um ambiente internacional minimamente favorável – paz e estabilidade, segundo sua retórica diplomática – é visto como fundamental para preservar a sua independência, soberania e integridade territorial. Ou seja, o foco no desenvolvimento doméstico faz inclusive que esta nação procure distensionar a sua política externa, que assume um viés cada vez mais pragmático.

Não se trata de desafiar abertamente os Estados Unidos, mas tão somente de ocupar os vazios deixados por esta potência em regiões como a África e a América Latina (Anguiano, 2008), por meio do fortalecimento dos interesses econômicos chineses. Nestas regiões, se estabelece uma crescente diplomacia de viagens de representantes governamentais e de delegações comerciais. Ainda assim, como procuramos demonstrar, na África existe uma proposta que cobre várias esferas, para além da economia e do bilateralismo, enquanto na América Latina a presença chinesa se faz de maneira mais tópica e centrada em grande medida no fator econômico e nas relações bilaterais.

No contexto africano, a política implantada pela China parte do nexo comércio, ajuda humanitária e desenvolvimento, compondo os investimentos chineses, seja em matérias-primas, seja em infra-estrutura, parte importante desta equação (Sanusha, Corkin, Herman, 2009). Neste sentido, em 2006, o governo chinês recebeu em Beijing líderes de 48 países africanos como parte do terceiro Fórum de Cooperação China-África (FOCAC). Ficaram de fora os países que ainda reconhecem Taiwan: Gâmbia, São Tomé e Príncipe, Burkina Faso e Suazilândia.

Além da expansão do comércio e dos investimentos chineses na África, este continente já responde por 44% dos recursos de assistência ao desenvolvimento do país asiático (Alden, 2007). Paralelamente, durante o encontro, foram perdoadas dívidas de cerca de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

30 países africanos e reduzidas as tarifas para 190 produtos provenientes da África, além de estabelecidas linhas de crédito no valor de US\$ 5 bilhões.

Ou seja, a busca por mercados, recursos naturais e parceiros diplomáticos parece mais “equilibrada” na diplomacia chinesa com relação à África, ao menos quando comparada à América Latina. Isto se explica, em alguma medida, pela visão chinesa de que a América Latina se constitui como área de influencia americana – o que exige mais cautela na sua ação em termos de política externa –, mas também porque a presença do Estado, do capital nacional local e do próprio capital transnacional, se mostra mais consolidada nesta região.

Segundo Alden (2007), o discurso sobre a presença chinesa na África costuma qualificar o país alternativamente como: “potência desenvolvimentista”, ao buscar uma aliança duradoura de longo prazo; “potência competidora”, orientada a interesses de curto prazo, sem preocupação com o desenvolvimento, o meio ambiente e os direitos humanos e trabalhistas; ou ainda como “colonizadora”, posto que lhe interessaria deslocar as demais potências ocidentais fazendo uso do discurso da cooperação sem imposições.

O quadro tecido por Alden mostra a complexidade da atuação chinesa no continente africano, integrando interesses econômicos e geopolíticos e atuando de forma complementar nas esferas bilateral, regional e multilateral. Pode-se afirmar que o discurso de nova potência colonizadora, utilizado por grande parte da imprensa e da comunidade acadêmica ocidental no que diz respeito à presença da China na África, apenas se sustenta se for compensado pelo seu papel desenvolvimentista, sem descartar os impactos negativos trazidos pelo aumento da competição e da dependência econômica.

Ressalte-se ainda que o passado de relações externas da China com a África data dos anos 50, quando da Conferência de Bandung, momento em que são afirmados os 5 princípios da política externa chinesa: integridade territorial; não-agressão mútua; não-



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

interferência nos assuntos internos; benefícios recíprocos; e coexistência pacífica. Estes princípios pautaram as relações entre as duas áreas, que se viam igualmente ameaçadas pelo imperialismo; enquanto boa parte América Latina se via crescentemente distanciada da nação asiática (Strauss, 2011). A importância da conexão africana da China também pode ser ilustrada pelo fato de que o retorno da China ao Conselho de Segurança da ONU, em 1971, dependeu dos votos dos países africanos.

No entender de Strauss (2011), a ascensão chinesa pós-anos 80 recicla estes princípios, ao mesmo tempo em que adota uma linha de defesa das vantagens comparativas, conferindo maior poder à lógica econômica. Isto fica claro no caso africano, enquanto na América Latina, esta nova lógica se impõe, se justapondo a um discurso menos contundente de parceria entre países em desenvolvimento, ou seja, sem fazer uso do repertório ideológico do passado. Ou seja, a política chinesa para a América Latina não possui um tão extenso cardápio de ações. O nexo é basicamente comércio e investimento, além de uma preocupação com a política de “uma só China”, já que 12 dos 23 países que reconhecem diplomaticamente Taiwan se encontram na região.

Uma comparação entre o livro branco sobre as relações sino-africanas produzida pela diplomacia chinesa, e lançado em 2006, não só precede o documento sobre a “Política da China para a América Latina e o Caribe”, lançado em 2008, como se caracteriza pela maior abrangência dos temas tratados e pela maior sofisticação no detalhamento das modalidades concretas de cooperação.

Outra característica das relações entre China e América Latina é o foco na esfera bilateral, ainda que temas multilaterais também figurem nas relações com a região – já que a China busca os votos nas várias comissões das Nações Unidas –, assim como se verifica a sua presença em organismos regionais. Neste sentido, é importante enfatizar que a China possui status de observador na CEPAL e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – participando como acionista deste último desde 2008, na Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e na Organização dos Estados Americanos (OEA), além de participar da Comissão de Diálogo Mercosul-China desde



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

1997 e de estabelecer um mecanismo de consulta e cooperação com a Comunidade Andina desde 2002 (Xu, 2003; Cornejo e García, 2010).

O contraponto com a África permitiria afirmar, seguindo as categorias de Alden (2007), que a ação chinesa na América Latina é menos colonizadora e menos desenvolvimentista, mesmo nas nações com complementaridade evidente com a economia chinesa, e que o efeito da China como nação competidora se mostra mais evidente.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que as repercussões da expansão chinesa por estas regiões do Sul do mundo, geralmente filtradas e traduzidas pela imprensa global, são levadas em consideração pela diplomacia chinesa. De modo a se defender das acusações sobre a “ameaça chinesa” em virtude da sua suposta atitude “neo-colonialista”, a elite política chinesa produziu a sua contra-ideologia.

Trata-se da tese sobre a “ascensão pacífica chinesa”, lançada em 2003, até que esta fosse descartada pela diplomacia do país, já que as potências ocidentais preferiram guardar o “potência” e esquecer o “pacífica” (Leonard, 2008). Hoje, o que prevalece, ao menos para os liberais internacionalistas – que disputam, segundo Leonard, a “alma” da política externa do país, junto com os “neo-comunistas” e os “pragmáticos” –, é a noção de que o “desenvolvimento pacífico” chinês exige a compensação do excesso de *hard-power* (poder militar e econômico) por uma boa dose de *soft-power* (influência cultural e capacidade de negociar com outros países com base na cooperação).

Esta tentativa de balanceamento dos dois enfoques, por sua vez, fica mais patente na África, onde a presença econômica se faz mais diversificada e com impactos mais duradouros, do que na América Latina.

No entender de Huang e Hu (2008), a projeção de alguns interesses privados chineses no contexto internacional contribui para uma presença desequilibrada e em contradição com a defesa de um “mundo harmônico e multipolar”, que deveria se suceder ao



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

“mundo polarizado e unipolar”, comandado pelos Estados Unidos nos anos 90. Ainda que esta visão não seja hegemônica na China, a disposição para considerar a visão dos parceiros – desde que não desvie a negociação dos interesses primordiais, do ponto de vista dos chineses – daria guarida a uma postura mais realista e negociadora por partes das várias diplomacias dos países latino-americanos e africanos.

Seria esta uma atitude de cautela típica de uma nação imperialista emergente ou estaria relacionada a uma visão realista sobre a estrutura de poder no contexto de um mundo crescentemente multipolar, onde não há espaço para uma única potência, e no qual a potência em ascensão depende de parcerias estratégicas com outros países do Sul, tentando, na medida do possível, atenuar os seus significados assimétricos?

Neste sentido, vale à pena considerar a pertinência atual da tese leninista para explicar as relações entre a China, de um lado, e a África e América Latina, de outro. No caso da análise de Lênin (1979), além da conquista de matérias-primas, as potências imperialistas se voltariam para a “periferia”, no final do século XIX, para aplicar seu excedente de capital, com a finalidade de impedir a queda da taxa de lucro. Segundo este enfoque, o imperialismo aparecia como uma estratégia política, com objetivos explicitamente econômicos. Seria utilizada pelos grupos “rentistas” num cenário de “excessiva maturidade” do capitalismo no centro do sistema mundial.

Ora, este quadro é bastante diverso do caso chinês do momento atual, que utiliza a expansão das suas empresas não somente para obter mercados, como também para aceder a vantagens geopolíticas, além de buscar uma fonte segura para a oferta de matérias-primas com o fim de reforçar a sua segurança interna. Trata-se de uma nação que se mostra inclusive disposta a conceder vantagens econômicas, na sua tentativa de criar uma ordem multipolar, apesar da carga retórica embutida neste conceito.

Deve-se, portanto, ao menos cogitar se a crescente relevância da China na economia global, que coincide com a crise de um sistema de poder inter-Estados – tal como foi configurado em Bretton Woods e que comportara apenas um grupo restrito nações



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

hegemônicas – poderia, em alguma medida, abrir espaço para uma transformação da ordem política internacional. Para além da sua presença econômica, e até em contradição com ela, a China poderia desempenhar, ao menos em tese, um papel construtivo e no limite contra-imperialista.

Vale lembrar, inclusive, que foi sob o governo Deng Xiaoping que a China passou a abandonar a tese do imperialismo como um conflito de classes, remodelando-o como um conflito entre Estados (Oliveira, 2008). Ou seja, o combate à hegemonia unipolar permite a afirmação de uma hegemonia negociada, na qual a China teria amplo papel, servindo-se de defensora do mundo pobre.

Adicionalmente, cumpre lembrar que os investimentos externos chineses estão em grande medida voltados para satisfazer a oferta de matérias-primas de uma economia que ainda se encontra bastante distante da “maturidade capitalista” e que se caracteriza justamente pelas altas taxas de lucros internas. Em poucas palavras, a extroversão chinesa resulta do próprio aprofundamento do seu mercado interno.

Talvez fosse o caso de afirmar, seguindo as sugestões de Harvey (2005), de que o capitalismo, ao se situar sempre no limite de um estado de “ultra-acumulação”, necessita, com frequência, de ajustes espaciais, o que leva a constantes alterações das estruturas geográficas nacionais. Isto porque o excedente de capital e de trabalho propicia a criação de novos diferenciais entre as regiões, de modo a potencializar a acumulação. Nesse sentido, a China aparece como produto de uma aliança exitosa entre capital local, nacional e transnacional, estruturada no âmbito do Estado, desorganizando por meio de seu dinamismo econômico, vertical e horizontal, as estruturas econômicas e sociais dos países do Norte e do Sul, e acarretando por sua vez um conjunto de reações. O resultado deste embate encontra-se, todavia, indefinido.

De qualquer maneira, parece-nos exagerado pretender que a China possa permitir um novo potencial sustentado de expansão econômica para os países do Sul apenas por meio do maior acesso ao seu mercado de matérias-primas, ou de investimentos que



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

muitas vezes deslocam potenciais concorrentes internos, e mesmo de uma ajuda humanitária, como no caso africano, incapaz de induzir a estratégias endógenas de desenvolvimento.

2. China e América Latina: Comércio e Investimentos

Se associarmos o perfil de exportações da maioria dos países latino-americanos – crescentemente concentrado em *commodities*, especialmente depois dos ajustes estruturais sofridos por estas economias nos anos 90 - e a necessidade de alimentos, matérias-primas agrícolas, minerais e combustíveis por parte da China durante a aceleração do seu crescimento, que superou a taxa de 10% ao ano na primeira década do século XXI (pelo menos até a crise de 2008); compreende-se a expansão formidável das exportações desta região para a potência asiática.

O Gráfico 1 destaca o forte ritmo de expansão do comércio latino-americano com a China. Entre 1990 e 2008, a corrente de comércio (exportações mais importações) entre as duas regiões incrementou-se em 135 vezes. Neste período, as exportações da América Latina para a China aumentaram 82 vezes (de US\$ 0,5 bilhão para US\$ 40,2 bilhões), enquanto as importações foram multiplicadas por 187 (de US\$ 0,5 bilhão para US\$ 92,6 bilhões). Ao final do período, o saldo comercial era favorável para a China em US\$ 52,4 bilhões.

Gráfico 1 - Exportações, importações e saldo comercial da América Latina (todos os países) com a China de 1990 a 2008 (em milhões de dólares)

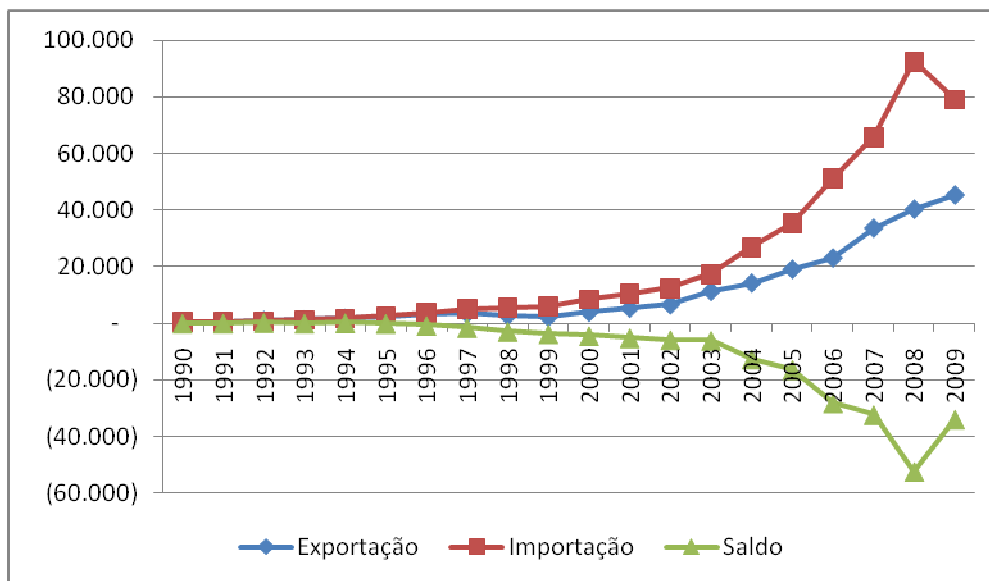


» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina



Fonte: Comtrade. Elaboração própria.

Para compreender a dinâmica das relações comerciais entre as duas regiões econômicas, desagregamos os dados em produtos manufaturados e *commodities*. Enquanto a tabela 1 permite um acompanhamento da inserção comercial da América Latina no mundo, a tabela 2 torna possível qualificá-la, ressaltando o papel exercido pela China.

Tabela 1 - Balança comercial da América Latina (11 países) com o Mundo

(em US\$ Milhões)

TradeFlowName	Year	Commodities	Manufacturing	Total
Gross Exp.	2000	72.647	245.417	318.064
	2008	250.688	545.982	796.670
	2009	181.853	439.942	621.795
Gross Imp.	2000	20.659	295.182	315.840
	2008	76.239	669.256	745.496
	2009	46.109	510.067	556.176
Saldo	2000	51.989	(49.765)	2.223
	2008	174.448	(123.274)	51.174
	2009	135.744	(70.125)	65.619

Fonte: Comtrade. Elaboração: Própria.



**Tabela 2 - Balança comercial da América Latina (11 países) com a China
(em US\$ Milhões)**

TradeFlowName	Year	Commodities	Manufacturing	Total
Exp.	2000	1.696	2.079	3.775
	2008	23.639	15.124	38.763
	2009	24.356	19.618	43.974
Imp.	2000	165	7.440	7.604
	2008	492	84.381	84.874
	2009	359	71.754	72.113
Saldo	2000	1.531	(5.361)	(3.830)
	2008	23.147	(69.257)	(46.110)
	2009	23.997	(52.136)	(28.139)

Fonte: Comtrade. Elaboração: Própria.

Observa-se, em primeiro lugar, que entre 2000 e 2008, as exportações de commodities agrícolas e minerais da América Latina mais do que triplicaram (como a análise se refere ao valor, o efeito preço possui uma contribuição importante para este desempenho). Estes produtos geraram à América Latina um saldo comercial positivo de US\$ 174 bilhões em 2008 (tabela 1).

Por outro lado, no setor industrial, apesar do aumento das exportações – geralmente voltadas para o mercado regional e concentradas em Brasil e México –, o déficit comercial cresceu quase três vezes, alcançando a cifra de US\$ 123 bilhões em 2008 (tabela 1).

Qual a contribuição da China para esta dinâmica comercial? Quando observamos a evolução do comércio com a China, percebemos que ela possui uma contribuição importante para a crescente especialização comercial latino-americana, que encontra suas origens nas políticas acionadas por estes países nos anos 90.

Conforme se depreende da tabela 2, o saldo comercial de *commodities* cresce mais de 15 vezes entre 2000 e 2008. Isto significa saldo de US\$ 23,1 bilhões, respondendo a China por 13% do superávit comercial mundial da América Latina nestes produtos para



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

o ano de 2008. No ano de 2009, em meio à crise global, esta participação inclusive se eleva para 18%.

Já quando analisamos o comércio de bens industrializados, verifica-se que o superávit chinês com a América Latina salta de US\$ 5,4 bilhões para US\$ 69,3 bilhões entre 2000 e 2008 (tabela 2), reduzindo-se no ano de 2009, em virtude da desaceleração econômica por que passam os países latino-americanos. É, aliás, a dinâmica do comércio industrial com a China que explica porque, apesar da fome de *commodities* chinesa, o déficit comercial da região salta para US\$ 46 bilhões em 2008, segundo os dados do Comtrade/ONU, para os 11 países contidos na tabela acima.

Ainda que este déficit tenha se reduzido em 2009, observa-se que a contribuição da China para o déficit latino-americano em produtos industriais, que era de 56% do total em 2008, sobe para 74% em 2009.

Percebe-se, portanto, que durante a crise da economia global, ao invés de se reduzir a interação comercial entre China e América Latina, esta se reforça. Entretanto, trata-se de uma interdependência assimétrica, já que a China depende muito menos da América Latina do que o contrário (Barbosa e Klinger, 2010). E a dependência latino-americana, além de variar muito de país para país, pode trazer impactos negativos para o potencial de desenvolvimento dos sistemas produtivos internos.

Quanto ao tipo de manufaturas que compõem o comércio China-América Latina, ao contrário do que se propaga nos meios de comunicação dos vários países da região, as importações chinesas estão concentradas nos bens de maior valor agregado, como se demonstra no gráfico 2. Enquanto a região possui um superávit de bens não-industriais com a China de US\$ 20 bilhões, o déficit comercial mais expressivo encontra-se nos produtos industriais de alta e média-alta tecnologia, que totaliza US\$ 60 bilhões.

Desta forma, as importações chinesas por parte da América Latina estão cada vez mais relacionadas aos produtos e componentes eletrônicos e às máquinas e equipamentos,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

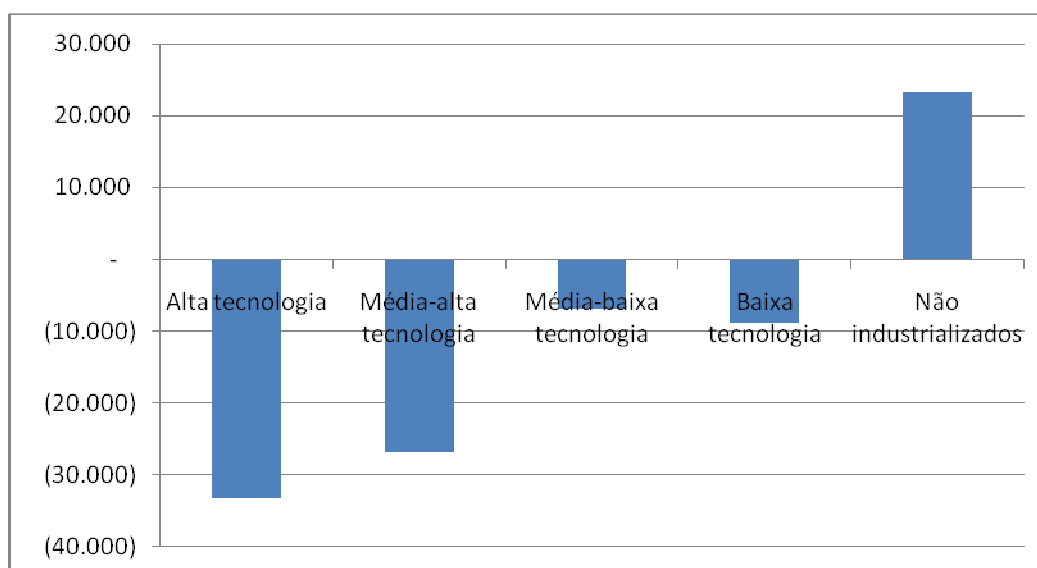
Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

que já são mais importantes em termos absolutos do que as compras de setores como têxtil, vestuário e calçados.

Gráfico 2 - Saldo comercial da América Latina (todos os países) com a China por intensidade tecnológica dos setores em 2008 (em milhões de US\$)



Fonte: Comtrade. Elaboração própria.

No que diz respeito aos investimentos externos diretos (IED), antes de passar para uma análise da presença chinesa na região, vale ressaltar que, segundo dados da UNCTAD, a participação do estoque de IED no PIB dos países da América Latina foi, em média, de 33% durante a primeira década do século XXI.

Entre 2000 e 2008, o fluxo de IED nas economias latino-americanas cresceu, em média, 249%. Segundo a CEPAL (2008), os Estados Unidos e a União Européia respondem, somados, por mais de 2/3 dos investimentos externos na região, ao passo que os investimentos intra-regionais totalizam 10%. Os países asiáticos como um todo participaram com 3% dos investimentos totais na América Latina (Holland e Barbi, 2010) ao longo dos anos 2000, respondendo a China por menos de 1% do total investido pelo conjunto dos países (Redlat, 2010). Estes dados estão provavelmente subestimados já que parte importante dos investimentos externos chineses se dá via Hong Kong ou paraísos fiscais, não sendo computados como chineses.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A elevação recente dos investimentos diretos externos chineses pode ser explicada por um conjunto de fatores: reservas internacionais em excesso, economia aquecida, tensões comerciais com vários países e objetivos políticos/diplomáticos associados à conquista de novos mercados, especialmente a partir da política “*Going Out*” lançada pelo governo daquele país em 2001. O grande diferencial das transnacionais chinesas – além da escala de produção no seu mercado interno - é o apoio com que contam do aparelho do Estado e dos principais bancos públicos.

O fluxo de IED chinês, nesse contexto, passou a ser cada vez mais relevante para a América Latina e, muitos países anseiam por sua chegada. Entretanto, e apesar das muitas notícias da imprensa, o que se observa de fato, pelos dados disponíveis nos órgãos responsáveis em cada país, o IED proveniente da China tem crescido em muitas economias, mas, ainda não é muito significativo quando comparado com o fluxo total. Além disso, geralmente espelham o padrão comercial desenvolvido em cada sub-região.

Podem ser identificados três tipos de investimentos das transnacionais chinesas. O primeiro, e mais importante, está voltado aos setores de exportação, especialmente commodities minerais, reforçando a especialização comercial dos países. O segundo concentra-se nos setores de infra-estrutura, com a importante presença de empresas estatais chinesas, encontrando-se muitas vezes associado ao escoamento de produtos primários. E o terceiro tipo, apenas visível no momento mais recente, refere-se à presença de plantas produtivas chinesas – especialmente no setor automotivo e de máquinas (RedLat, 2010).

A maior parte dos países, porém, se enquadra no primeiro caso, o que indica uma tendência de investimentos voltados para aproveitamento das vantagens em termos de recursos naturais (Jenkins, Dussel Peters e Moreira, 2008).

Outro aspecto que merece consideração é a baixa presença de investimentos externos chineses nos países que assinaram TLC's com a China, especialmente Chile e Peru. Tal



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

fato aponta para a relativa desconexão entre montante de comércio e de investimento nas relações bilaterais com a China.

Como o mercado latino-americano é bastante aberto para produtos industriais, os investimentos chineses no setor industrial são ainda pequenos. Estes tendem a se mostrar maiores no médio prazo naqueles segmentos que necessitam de sistema de distribuição e de uma cadeia local de fornecedores. Entretanto, neste caso, tudo indica que os investimentos chineses focariam os países com alguma estrutura industrial ou aqueles situados em um mercado regional, favorecendo países menores como o Uruguai, com acesso ao Mercosul, ou contribuindo para a atração de empresas para a Colômbia, aproveitando-se esta da sua posição privilegiada na Comunidade Andina (CAN).

3. China e África: Comércio e Investimentos

A África possui uma estrutura de exportações pouco diversificada e muito concentrada em commodities, sendo, das regiões em desenvolvimento a que menos exporta produtos industriais. Desde 1990, a participação do valor adicionado pela indústria manufatureira no PIB vem caindo na África subsaariana, segundo dados da UNCTAD, o que também se verifica na América Latina, ainda que existam diferenças pronunciadas entre os países dos dois continentes.

No lado das importações, em 2008, a China já era a principal parceira de comércio da África subsaariana, representando a origem de 10,5% dos produtos importados por esses países. Já nas exportações, os Estados Unidos ainda era destino de 20,4% de suas exportações e a China ficava em segundo lugar com 6,2%.

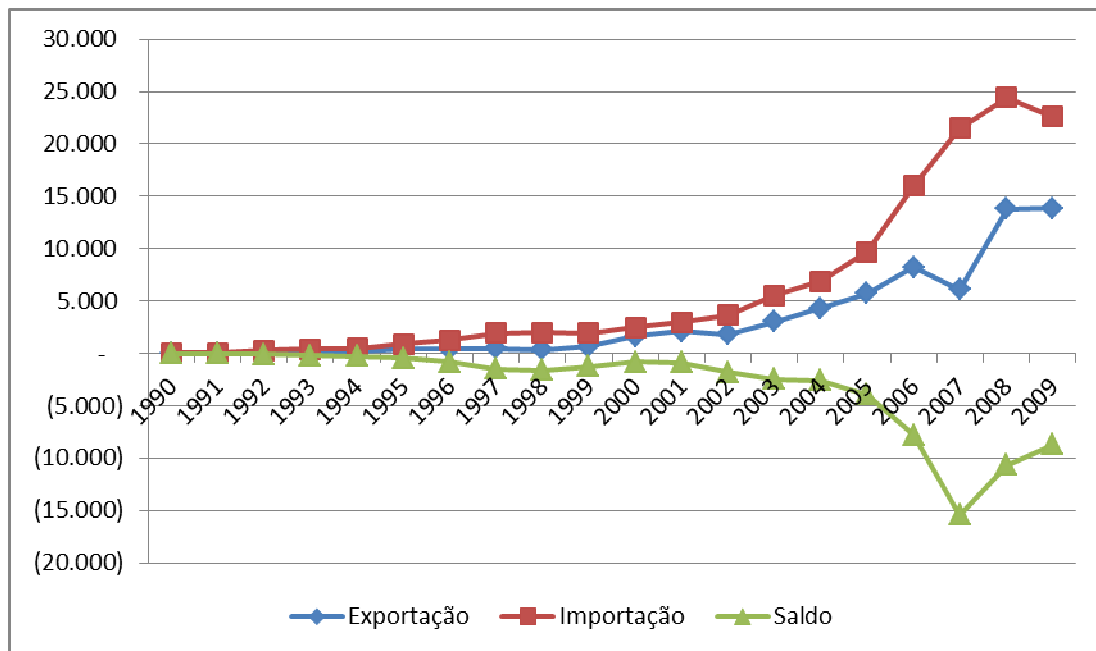
O Gráfico 3 mostra o forte ritmo de expansão do comércio africano com a China. De forma ainda mais intensa do que o ocorrido entre China e América Latina, entre 1990 e 2008, a corrente de comércio a China e a África incrementou-se em 2.621 vezes. Neste período, as exportações da África para a China aumentaram 7.789 vezes (de US\$ 1,7



milhões para US\$ 13,8 bilhões), enquanto as importações foram multiplicadas por 1.906 (de US\$ 12,8 milhões para US\$ 24,4 bilhões). Ao final do período, o saldo comercial era favorável para a China em US\$ 10,6 bilhões.

Assim como no caso da América Latina, a maior parte deste salto na corrente de comércio entre China e África, durante o período analisado, está concentrado entre 2000 e 2008. Entre 2000 e 2008, as exportações africanas multiplicam-se por 8,5, enquanto as importações oriundas da China ampliam-se em 10,0 vezes.

Gráfico 1- Exportações, importações e saldo comercial da África Subsaariana (todos os países) com a China de 1990 a 2009 (em milhões de dólares)



Fonte: Comtrade. Elaboração própria.

A tabela 3 apresenta a inserção comercial da África no mundo, enquanto a tabela 4 ressalta o papel exercido pela China.

Tabela 3 - Balança comercial da África Subsaariana com o Mundo



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

(em US\$ Milhões)

TradeFlowName	Year	Commodities	Manufacturing	Total Geral
Export	2000	45.766,74	30.705,40	76.472,14
	2008	124.441,35	93.355,97	217.797,32
	2009	84.189,22	65.019,16	149.208,38
Import	2000	8.709,56	53.145,02	61.854,58
	2008	32.217,64	188.070,27	220.287,91
	2009	22.086,90	148.774,83	170.861,73
Saldo	2000	37.057,18	(22.439,62)	14.617,56
	2008	92.223,71	(94.714,29)	(2.490,59)
	2009	62.102,32	(83.755,67)	(21.653,36)

Fonte: Comtrade. Elaboração: Própria.

Tabela 4 - Balança comercial da África Subsaariana com a China

(em US\$ Milhões)

TradeFlowName	Year	Commodities	Manufacturing	Total Geral
Export	2000	693,95	917,67	1.611,62
	2008	11.519,72	2.045,57	13.565,29
	2009	11.157,14	2.580,27	13.737,41
Import	2000	80,92	2.382,13	2.463,06
	2008	215,11	24.082,59	24.297,70
	2009	178,99	22.204,81	22.383,80
Saldo	2000	613,03	(1.464,46)	(851,43)
	2008	11.304,61	(22.037,02)	(10.732,41)
	2009	10.978,14	(19.624,54)	(8.646,40)

Fonte: Comtrade. Elaboração: Própria.

Também como para a América Latina, entre 2000 e 2008, as exportações de commodities agrícolas e minerais da África subsaariana triplicaram, totalizando um saldo positivo superior a US\$ 90 bilhões.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Por outro lado, no setor industrial, apesar do aumento das exportações – também geralmente voltadas para o mercado regional – o déficit comercial cresceu quatro vezes, chegando a US\$ 94,7 bilhões em 2008 (tabela 3).

O saldo comercial de *commodities* com a China cresceu mais de 18 vezes entre 2000 e 2008 e respondeu por 12% do superávit comercial mundial da África subsaariana nestes produtos para o ano de 2008. No ano de 2009, esta participação eleva-se para 18%, exatamente a mesma participação da América Latina para o ano da crise.

Já quando analisamos o comércio de bens industrializados, verifica-se que o superávit chinês salta de US\$ 1,4 bilhão para US\$ 22,0 bilhões entre 2000 e 2008 (tabela 4), reduzindo-se no ano de 2009, em virtude da desaceleração econômica mundial.

Quanto ao tipo de bens industriais que compõem o comércio China-África, reproduz-se padrão semelhante ao verificado no padrão China-América Latina. Enquanto a região possui um superávit de bens não-industriais com a China de US\$ 11 bilhões, o déficit comercial mais expressivo encontra-se nos produtos industriais de alta e média-alta tecnologia, que totaliza US\$ 13 bilhões (Gráfico 4).

Gráfico 2- Saldo comercial da África subsaariana com a China por intensidade tecnológica dos setores em 2008 (em milhões de US\$)

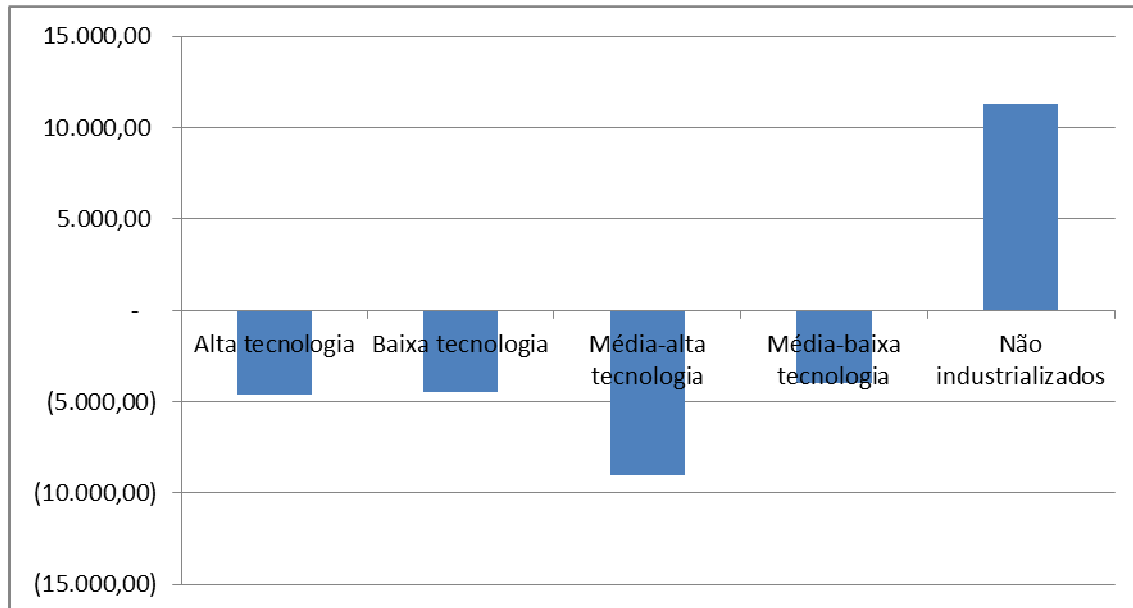


» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina



Fonte: Comtrade. Elaboração própria.

De acordo com os dados da UNCTAD, a participação do estoque de investimentos externos diretos no PIB dos países africanos é, em média, de 38%, pouco superior à verificada na América Latina, o que indica a alta dependência de investimentos externos diretos das duas regiões.

Quanto ao fluxo de IED para as economias africanas, entre 2000 e 2009, este cresceu em média 495%, segundo a UNCTAD, ou seja, a uma taxa média de 24% ao ano, o que está relacionado à melhoria dos indicadores econômicos e ao boom de commodities.

De acordo com a UNCTAD (2009), os 20 maiores investidores estrangeiros na África entre 2003 e 2007 eram em sua grande maioria países membros da União Européia (sendo o Reino Unido o maior investidor estrangeiro no continente africano), além dos Estados Unidos e Canadá. Dentre os asiáticos, Cingapura figurava como o 4º maior investidor estrangeiro na África, seguido pelo Japão (11º), Malásia (12º) e a China (14º).

As evidências sugerem, no entanto, de acordo com a UNCTAD (2010), que a participação dos países em desenvolvimento nos fluxos de IED para o continente



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

africano tem crescido sistematicamente nas últimas décadas. Durante 1995 e 1999, estima-se que estes fluxos tenham crescido, em média, 17,7%; e 20,8% entre 2000 e 2008. China, Índia e Brasil (além da própria África do Sul), figuram dentre os principais responsáveis por este aumento – que se dá especialmente nas áreas de infra-estrutura, exploração de recursos naturais, financiamentos, agricultura e manufatura.

O estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África em 2000 deve ser visto a partir deste contexto de crescente extroversão de empresas chinesas em busca do continente africano. Muitas multinacionais chinesas ainda pouco confiantes para estrear em mercados mais protegidos – como os da União Européia e Estados Unidos – adotaram uma política de adentrar mercados menos competitivos, como os africanos, para ganhar experiência internacional (Corkin, 2007).

Os dados disponíveis para estoques de IED chinês nas economias africanas em fontes confiáveis são poucos.. De acordo com o Ministério Chinês de Comércio, os países africanos representaram 9,82% do total dos fluxos de IED chinês em 2008. Apesar de parecer pouco, este número já é o dobro daquele registrado em 2006 (Corkin, 2011).

Os investimentos chineses nos países africanos vão além da mera exploração de recursos naturais para alimentar o mercado interno chinês. Nas áreas de telecomunicações, construção civil, bens de consumo e até mesmo financeira, a marca deixada por investidores chineses é particularmente interessante.

Em termos de empréstimos e financiamentos, instituições financeiras chinesas como o Banco de Importações e Exportações Chinês e o Banco Chinês de Desenvolvimento se tornaram figuras importantes por emprestarem grandes somas com prazos mais flexíveis e taxas mais baixas, rivalizando com instituições historicamente importantes para o continente africano como o Banco Mundial e o FMI (Corkin, 2011).

Na área da construção civil, telecomunicações e energia, as empresas chinesas souberam explorar nichos de mercado e deficiências na oferta destes serviços. A



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

reconstrução de países recém-saídos de guerras civis, como Angola, a República Democrática do Congo, Moçambique e Serra Leoa é um típico exemplo, assim como a gigante estatal de telecomunicações chinesa – Zhong Xing Telecommunication Equipments Company Limited (ZTE) – que recentemente assinou um contrato com o governo de Angola para fornecer equipamentos de telecomunicações. Haier, Lenovo e Huawei – empresas que se aventuraram em busca de novos mercados – também souberam explorar estes nichos ofertando produtos mais acessíveis para os bolsos africanos, como o laptop C100 da Lenovo voltado para pequenas e médias empresas (Corkin, 2007).

Enfim, o perfil de investimentos chineses na região africana vai além de petróleo e minérios. Várias atividades produtivas passam a ser dinamizadas, com financiamento de bancos chineses, e a presença de trabalhadores daquele país, o que amplia em tese o potencial de expansão destes países, ao mesmo tempo em que poda as possibilidades de iniciativas locais por parte de empresas nacionais nos segmentos de maior densidade de capital e nível tecnológico.

Considerações Finais

O presente texto procurou indicar como a China deve a sua projeção econômica não apenas à transformação da sua estrutura produtiva, mas a um arco de alianças comerciais e geopolíticas para além do seu território, as quais vêm permitindo a sua crescente projeção internacional, não a partir exclusivamente dos mecanismos de mercado, mas associando-os aos interesses definidos pela sua elite política.

Apesar do perfil semelhante de relações econômicas desenvolvidas entre a China e as duas regiões do hemisfério Sul – América Latina e África -, as quais se mostram estratégicas para a diversificação e a manutenção de uma oferta segura de commodities e para a viabilização de uma política externa crescentemente global; os mecanismos de política externa encetados mostram-se bastante diferenciados.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

No caso da África, para além do comércio e investimento em commodities, existe uma ajuda financeira robusta, mecanismos de cooperação técnica e investimentos em vários setores produtivos. Aqui, a China recicla as alianças do passado e as reveste de um tom de complementaridade econômica. Os esforços geopolíticos são institucionalizados e recobrem igualmente as esferas bilateral, regional e multilateral, ainda que os acordos econômicos se concentrem na primeira esfera. Por sua vez, os Estados Nacionais africanos têm aderido mais facilmente à retórica da política externa, o que se deve à retirada das potências ocidentais da região nas últimas décadas.

Já a América Latina, com tecidos produtivos mais dinâmicos, sociedade civil mais ativa – questionando, por exemplo, a presença de trabalhadores chineses nos empreendimentos daquele país -, e Estados Nacionais ainda sob forte influência norte-americana, ainda que decrescente, a presença chinesa se faz sentir via exportações de commodities e importações de bens industriais, engendrando uma oscilação de discurso pró e anti-China.

A maior cautela da política externa em relação à América Latina revela o pragmatismo da sua política externa, que segue à risca os preceitos realistas, ainda que procure dosá-los com o discurso de uma nova ordem multipolar em contraposição ao hegemonismo unilateral norte-americano.

Em ambos os casos, a China traz pressões competitivas internas e riscos de extrema especialização das pautas exportadoras destes países da periferia capitalista. Por outro lado, os ganhos de curto prazo podem levar a estratégias nacionais de desenvolvimento, especialmente se estes países, de preferência por meio de suas iniciativas regionais, lograrem se aproveitar do confronto entre velhas e novas potências, de modo a buscar não apenas a configuração de espaços geopolíticos mais participativos, mas também a efetivação de relações mais virtuosas entre Estado, mercado e sociedade civil.

Bibliografia

ALDEN, Chris (2007). *China in Africa*. London: Zed Books, 2007



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ANGUIANO, Eduardo (2008), “China como Potencia Mundial: Presente y Futuro”, in: *China: Radiografía de una Potencia en Ascenso*, Romer Cornejo, ed. Mexico: El Colégio de Mexico.

BARBOSA, Alexandre de Freitas & KLINGER, Julie Michelle (2010). “China’s Increasing Role in Latin America: Win-Win Cooperation or Asymmetrical Partnership?” in: *4th World Forum on China Studies*. Shanghai, Shanghai Academy of Social Sciences, November, 6-7th.

CEPAL, *La Inversión Extranjera Directa en América Latina y el Caribe 2008*. Santiago: CEPAL, 2008.

CORKIN, Lucy (2011). “Chinese Construction Companies in Angola: A Local Linkages Perspective”, in: *MMCP DiscussionPaper* No. 2, March 2011.

CORKIN, Lucy (2007). “China’s Emergingmultinationals in Africa”, in: *The AfricaJournal*.

CORNEJO, Romer & GARCÍA, Abraham Navarro (2010). “China y América Latina: Recursos, Mercados y Poder Global”, in: *Nueva Sociedad*, n. 228, Buenos Aires: FES, July-August.

HARVEY, David (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2a. edição.

HOLLAND, Marcio & BARBI, Fernando (2010). “China na América Latina: Uma Análise da Perspectiva dos Investimentos Diretos Estrangeiros”, in: *O Brasil e os demais BRICS: Comércio e Política*, Renato Baumann, org. Brasília: CEPAL/IPEA.

HUANG, Renwei e HU, Jian (2008). “The Path for China’s Peaceful Development and the Construction of Soft-Power”, in: *SASS Papers* 10, vol. 1 – Politics, International Studies and Law, Shanghai, SASS.

JENKINS, Rhys, DUSSEL PETERS, Enrique & MOREIRA, Maurício Mesquita (2008). “The Impact of China on Latin America and the Caribbean”, in: *World Development*, vol. 36, n. 2, 2008.

LAMPTON, David (2008). *The Three Faces of Chinese Power: Might, Money and Minds*. Berkeley, University of California Press.

LÊNIN, V (1979). *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Global Editora.

LEONARD, Mark (2008). *What Does China Think?* London: Fourth State.

OLIVEIRA, Amaury Porto de (2008). “Política Africana da China”, in: *Àfrica*. Brasília: FUNAG.

REDLAT (2010). *As Relações Econômicas e Geopolíticas entre a China e a América Latina: Aliança Estratégica ou Interdependência Assimétrica*. São Paulo: RedLat/FNV.

SANUSHA, Naidu, CORKIN, Lucy & HERMAN, Hayley (2009). “China’s (Re)-Emerging Relations with Africa: Forging a New Consensus”, in: *Politikon*, vol. 36, n. 1. April.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

STRAUSS, Julia (2011). “Framing and Claiming: Contemporary Globalization and “Going Out” in China Rethorics towards Latin America”, in: *From the Great Wall to the New World: China and Latin America in the 21st Century*. Los Angeles: UCLA, April 15-16th, 2011.

UNCTAD (2010). “Economic Development in Africa – 2010 Report. South-South Cooperation: Africa and the Forms of Development Partnership”. Genebra: UNCTAD.

UNCTAD (2009). “Economic Development in Africa – 2010 Report. Strengthening Regional Economic Integration for Africa’s Development”. Genebra: UNCTAD.

UNCTAD (2001) “Economic Development in Africa – 2010 Report. Performance, Pprospects and Policy Issues’. Genebra: UNCTAD.